

Infra Portos Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração de resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e diretores da
Infra Portos Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infra Portos Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infra Portos Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 30 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

Infra Portos Participações S.A.

CNPJ: 59.006.808/0001-29

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

'(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	notas	2025	PASSIVO	notas	2025
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa	5	167	Fornecedores		6
Dividendos a receber	6 b)	31.948	Dividendos a pagar	7 c)	14.042
Impostos a recuperar		1			
Total do circulante		32.116	Total do circulante		14.048
 NÃO CIRCULANTE			 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	
Investimentos	6	982.393	Capital social		955.377
			Reserva legal		2.956
			Reserva estatutária		42.128
Total do não circulante		982.393	Total do patrimônio líquido		1.000.461
 TOTAL DO ATIVO		1.014.509	 TOTAL DO PASSIVO		1.014.509

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Portos Participações S.A.

CNPJ: 59.006.808/0001-29

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

	notas	2025
Gerais e administrativas	8	(46)
Despesas tributárias	9	(1)
Outras perdas		(1)
Resultado de equivalência patrimonial	6	59.165
Resultado operacional antes do resultado financeiro		59.117
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	10	9
Resultado financeiro, líquido		9
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		59.126
Imposto de renda e contribuição social	11	-
Lucro líquido do exercício		59.126

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Portos Participações S.A.

CNPJ: 59.006.808/0001-29

Demonstração de resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2025</u>
Lucro líquido do exercício	<u>59.126</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>59.126</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Infra Portos Participações S.A.

CNPJ: 59.006.808/0001-29

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

		Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		-	-	-	-	-
Integralização de capital	7.a	955.377				955.377
Lucro do exercício					59.126	59.126
Reserva legal	7.b		2.956		(2.956)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	7.c				(14.042)	(14.042)
Constituição de reserva estatutária	7.d			42.128	(42.128)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		955.377	2.956	42.128	-	1.000.461

-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Infra Portos Participações S.A.

CNPJ: 59.006.808/0001-29

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>2025</u>
Resultado de caixa das atividades operacionais	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	59.126
Ajustes por:	
Resultado de equivalência patrimonial	(59.165)
	<u>(39)</u>
Variações nos ativos e passivos	
Impostos a recuperar	(1)
Fornecedores	6
	<u>(34)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(34)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização do capital social em dinheiro	201
	<u>201</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	201
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	167
Demonstração de aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do exercício	-
No fim do exercício	167
	<u>167</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	167

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Infra Portos Participações S.A. (“Companhia” ou “Infra Portos”), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 21 de janeiro de 2025 e tem por objeto social a participação em outras empresas simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras, fundos de investimentos bem como em empreendimentos em geral, na qualidade de sócio, cotista ou acionista, que tenham como objeto social a construção, reforma, ampliação, arrendamento, exploração, administração, etc., de instalações portuárias de uso público e/ou privado, retroáreas, áreas de armazenagem, condomínios logísticos, incluindo outros meios de transporte, e atividades logística correlatas, bem como a prestação de serviços relativos a logística, comércio internacional, exportação e importação.

Tendo sua sede e foro na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.507, conj. 61 – 6º andar, CEP 04547-005, Vila Olimpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Companhia concentra seus investimentos na sociedade controlada em conjunto N.O.G.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. (“N.O.G.S.P.E”), sendo este seu único investimento representado por 66,82% do capital da N.O.G.S.P.E.

A N.O.G.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. (“N.O.G.S.P.E”), com sede em São Paulo - SP, foi constituída em 02 de agosto de 2019 tem por objeto social a participação, direta ou indireta, como sócia ou acionista, em outras sociedades que tenham como objeto social a construção, reforma, ampliação, arrendamento, exploração, administração, etc., de instalações portuárias de uso público e/ou privado, retroáreas, áreas de armazenagem, condomínios logísticos, incluindo outros meios de transporte, e atividades logísticas correlatas, bem como a prestação de serviços relativos a logística, comércio internacional, exportação e importação. Em 31 de dezembro de 2025, a N.O.G.S.P.E possui investimento de 49% do capital da Portinvest Participações S.A. (“Portinvest”).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 30 de abril de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Investimento em controlada em conjunto

O investimento em entidade controlada em conjunto é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido em acordo de acionistas e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa investida registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e sua controlada em conjunto são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (“impairment”) do ativo transferido e contempla as seguintes entidades:

Controlada em conjunto:

N.O.G.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. (“N.O.G.S.P.E”)

Participação (%)

66,82

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as práticas contábeis da controlada em conjunto estão consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada em conjunto são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários a vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerado de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são mostradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Infra Portos não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2025 a Administração não identificou nenhuma provisão que devesse ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras receitas. Essas receitas são reconhecidas no resultado.

4 Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber: resultados operacionais, de investimentos, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não muda.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota em demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto da adoção do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, da demonstração dos fluxos de caixa e das divulgações adicionais exigidas para MPMS. O Grupo também está revisando orientações sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham algum impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS9 e IFRS7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (IFRS9 e IFRS7)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Aplicações financeiras	
Banco Itau - CDB DI	167
	<u>167</u>

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários sendo a remuneração de 96,5% da variação do CDI, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Investimento em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2025 os principais dados financeiros da controlada em conjunto, N.O.G.S.P.E, podem ser sumarizados como segue:

	2025
Ativo circulante	55.107
Ativo não circulante	508.703
Passivo circulante	47.850
Patrimônio líquido	515.960
Lucro do exercício	201.330
Participação da Companhia no capital social	66,82%

A movimentação do investimento no período pode ser sumarizada como segue:

	2025
Investimentos saldo inicial	-
Aquisição de investimento com integralização de capital pelo BRZ Infra Portos FIP IE	317.523
Dividendos propostos a receber (b)	(31.948)
Equivalência patrimonial	59.165
Investimento em 31 de dezembro de 2025	344.740
Ágio N.O.G.S.P.E (a)	637.653
Total de investimento em 31 de dezembro de 2025	982.393

- (a) Em 17 de julho de 2025, para fins de reorganização societária, o BRZ Infra Portos FIP IE, realizou transferência de sua participação societária na N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 34.405.822/0001-74 ("N.O.G.S.P.E."), representando 66,82% (sessenta e seis por cento) do capital social da N.O.G.S.P.E. Considerando que o BRZ Infra Portos possui 457.442.836 de uma totalidade de 684.638.285 ações da N.O.G.S.P.E, sendo cada ação avaliada a R\$2,08807850843684, concluiu se por laudo de avaliação, que o valor justo total da parcela do objeto da transferência, é de R\$955.176.554,69 (novecentos e cinquenta e cinco milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

- (b) Dividendos provisionados pela N.O.G.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A., R\$31.948 não foram recebidos pela Infra Portos durante o exercício de 2025, portanto, foram mantidos no ativo na rubrica de dividendos a receber.

(i) Ágios na aquisição de investimentos

Ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de participação societária na N.O.G.S.P.E. O ágio está fundamentado em laudo de rentabilidade futura e reconhecido na rubrica de "Investimento" no valor de R\$637.654.

Anualmente a Companhia realiza testes de impairment e no melhor de conhecimento a respeito dos negócios e atividades da investida, concluiu-se pela não necessidade de baixa ou constituição de provisão para perdas sobre os ágios apresentados no balanço patrimonial levantado para 31 de dezembro de 2025.

(ii) Informações gerais sobre a controlada em conjunto

N.O.G.S.P.E, Portinvest e Porto Itapoá

A N.O.G.S.P.E, com sede em São Paulo - SP, foi constituída em 02 de agosto de 2019, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, como sócia ou acionista, em outras sociedades que tenham como objeto social a construção, reforma, ampliação, arrendamento, exploração, administração, etc., de instalações portuárias de uso público e/ou privado, retroáreas, áreas de armazenagem, condomínios logísticos, incluindo outros meios de transporte, e atividades logísticas correlatas, bem como a prestação de serviços relativos a logística, comércio internacional, exportação e importação.

Em 31 de dezembro de 2025, a N.O.G.S.P.E possuía investimento de 49% do capital social da Portinvest Participações S.A., empresa portuária em fase operacional, que teve início das suas operações em agosto de 2004.

A Portinvest, com sede em Joinville, Santa Catarina, e tem por objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, prestação de serviços relativos à logística, comércio internacional, exportação e importação, podendo ainda participar em outras empresas ou empreendimentos como acionista ou quotista, em especial as que desenvolvam atividades relacionadas a serviços portuários, logísticos ou de exportação e importação.

Em 31 de dezembro de 2025, a Portinvest possuía investimento de 70% do capital social da Itapoá Terminais Portuários S.A., empresa portuária, que teve início das suas operações em junho de 2011.

A Itapoá Terminais Portuários é um terminal portuário de uso privado e tem como principal atividade a operação portuária e demais atividades correlatas como agenciamento de fretes, engajamento de cargas, logística e movimentação de cargas gerais e carga containerizada, podendo, ainda, participar em outras Companhias ou empreendimento como acionista ou quotista. A missão é integrar negócios com modernidade, sustentabilidade e eficiência.

O Porto Itapoá possui um pátio de 455 mil m². Essa infraestrutura tem uma capacidade estática de 34 mil TEUs (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés), o que permite movimentar 1,8 milhão de TEUs por ano.

Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessárias para a implantação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.

A Companhia não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do terminal portuário.

7 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 955.377, divididos em 955.377 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	2025	
	Quantidade de ações	%
BRZ Infra Portos FIP Infraestrutura	955.377.000	100,00%
	955.377.000	100,00%

Em 21 de janeiro de 2025, conforme Instrumento Particular de Constituição de sociedade por quotas registrado na JUCESP, foi aprovado a constituição do capital social no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) com emissão de 500 (quinhentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em 03 de fevereiro de 2025, conforme 1ª alteração contratual registrada na JUCESP, os sócios decidem aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, não importando tal transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor os direitos e as obrigações sociais.

Em 17 de julho de 2025, conforme AGE, dentre outras deliberações, foi aprovado o aumento de capital da companhia, mediante a emissão de 955.376.500 (novecentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e setenta e seis mil e quinhentas) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$500,00 (quinhentos reais) para R\$955.377.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e setenta e sete mil reais), dividido em 955.377.000 (novecentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e setenta e sete mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída na proporção de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído montante de R\$ 2.956 de reserva legal.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da lei societária.

Em relação ao resultado apurado em 2025, a parcela dos dividendos relativa ao mínimo obrigatório no valor de R\$ 14.042, que se caracteriza efetivamente como obrigação presente, está reconhecida no passivo da entidade.

d. Reserva estatutária

A importância não superior a 100% (cem por cento) do lucro líquido remanescente será destinado para a constituição de Reserva Estatutária denominada “Reserva Estratégica”, cuja finalidade é a de suportar despesas operacionais e investimentos da Companhia

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou o valor de R\$42.128 para reserva estatutária.

8 Despesas gerais e administrativas

	2025
Serviços de consultoria e assessoria	41
Honorários advocatícios	4
Outras despesas gerais e administrativas	1
Total	46

9 Despesas tributárias

	2025
PIS e COFINS s/receitas financeiras	1
Total	1

10 Receitas financeiras

	2025
Receitas Financeiras	
Rendimentos sobre aplicações financeiras	9
Total	9

11 Imposto de renda e contribuição social

	2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	59.126
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social	
Pela alíquota fiscal combinada	(20.103)
Crédito tributário não constituído	(13)
Ajuste do adicional (10% de R\$240)	
Adições e exclusões permanentes	
Equivalência patrimonial em investimento	20.116
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-

12 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de análises periódicas da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros.

13 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

14 Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de seus passivos.

A Administração monitora as previsões das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa mantidos pela Companhia estão livres para uso imediato e são suficientes para administrar o risco de liquidez.

15 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possuía mútuos passivos sujeitos ao risco da taxa de juros.